



RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2021

Este relatório transcreve as principais atividades do COMDES – Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Região da Grande Florianópolis no ano de 2021, que são fruto da dedicação e trabalho de um grupo de voluntários que representam diferentes setores de nossa sociedade, interessados em sua constante evolução.

A parte inicial do relatório é uma contextualização sobre a Região Metropolitana e uma consideração de como deveria ser sua gestão, com base no que estabelece o Estatuto da Metrópole. Está baseada em documento elaborado pelo engenheiro Cássio Taniguchi. Em um segundo momento, descreve a relação e as atividades desenvolvidas em conjunto com a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis que irão facilitar a implantação do PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para a Região Metropolitana.

É importante ressaltar que o COMDES, mesmo com todas as restrições causadas pela pandemia, avançou em várias áreas de interesse na região, das quais podemos ressaltar:

(1) Parceria com a GRANDFPOLIS e a instituição do Consórcio Interfederativo;
(2) Reuniões com todos os envolvidos nas discussões sobre o transporte urbano intermunicipal que culminou no texto final do acordo de concessão a título precário, incluindo um ajuste de tarifas e a bilhetagem eletrônica, desatando um nó que perdurava há muito tempo e abrindo caminho para a licitação do sistema dentro de três anos; (3) Articulação entre GRANDFPOLIS, Ventisol e Penitenciária para a implantação inicial de uma usina de resíduos e uma segunda em terreno que já foi oferecido, o que institui, como projeto piloto, uma sistemática de coleta seletiva nos municípios menores; (4) outros como a questão da agricultura urbana, terceiras vias de rodovias, etc.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

A Região Metropolitana da Grande Florianópolis e a SUDERF – Superintendência de Desenvolvimento da RM da Grande Florianópolis, foram criadas através da Lei Complementar nº 636, de 09 de setembro de 2014, com a finalidade, entre outras, de desenvolver o planejamento regional voltado para o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado da região, buscando a

constante melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população metropolitana.

Compõem a Região Metropolitana os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Águas Mornas e São Pedro de Alcântara, cuja população já ultrapassa 1,2 milhão de habitantes.

O Estatuto da Metrópole foi editado em 12 de janeiro de 2015, através da Lei Federal nº 13.089, com a finalidade de criar o marco regulatório, bem como estabelecer diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados. Definiu ainda normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa e critérios para o apoio da União no campo do desenvolvimento urbano.

1.1 A função estratégica da SUDERF e a elaboração do PDUI - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana.

O PLAMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável atendeu à questão da Mobilidade Urbana, porém a SUDERF foi criada com objetivos institucionais muito mais amplos, conforme estabeleceu a sua Lei de criação e o que define o Estatuto da Metrópole. Estas funções deveriam ser detalhadas com a elaboração do PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para o horizonte de 2040 (o mesmo do PLAMUS), com base numa **visão estratégica para o futuro da RMF;**

Dentro desse conceito figuram, entre outros aspectos, o fortalecimento das atividades econômicas na região do continente (cf. PLAMUS), para atenuar o movimento pendular de pessoas em direção à Ilha de Santa Catarina, onde se localizam 60% dos empregos da região. Deverá ainda, projetar a ocupação racional do solo metropolitano, em especial nas áreas de influência do futuro Contorno de Florianópolis, bem como identificar as áreas de risco à utilização urbana e propor a implantação de uma política de desenvolvimento econômico e social.

1.2 Função Pública de Interesse Comum

Por definição, é uma “política pública ou ação nela inserida, cuja realização por parte de um município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes” – Art. 2º Lei Federal 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole).

Neste sentido, são consideradas funções públicas de interesse comum:

- O planejamento integrado para o desenvolvimento regional, de acordo com a política urbana e as diretrizes estabelecidas no Estatuto da Cidade;
- A prestação integrada dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros, mobilidade urbana e saneamento básico, compreendidos neste, o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto

sanitário, o manejo de resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais, observadas as políticas nacionais previstas em lei;

- O exercício do poder de polícia administrativa para:
 - A preservação ambiental;
 - O controle do uso e da ocupação do solo;
 - A definição e a execução do sistema viário intrarregional; e
- A utilização de incentivos técnicos, financeiros e fiscais para o estímulo da atividade econômica.

A governança **interfederativa** das regiões metropolitanas respeitará os seguintes princípios e diretrizes específicas (Art. 6º e Art. 7º do Estatuto da Metrópole):

- Prevalência do interesse comum sobre o local;
- Compartilhamento de responsabilidades para a promoção do desenvolvimento urbano integrado;
- Autonomia dos entes da Federação;
- Observância das peculiaridades regionais e locais;
- Gestão democrática da cidade, consoante ao art. 43 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade);
- Efetividade no uso dos recursos públicos;
- Busca do desenvolvimento sustentável;
- Implantação de processo permanente e compartilhado de planejamento e de tomada de decisão quanto ao desenvolvimento urbano e às políticas setoriais afetas às funções públicas de interesse comum;
- Estabelecimento de meios compartilhados de organização administrativa das funções públicas de interesse comum;
- Estabelecimento de sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas;
- Execução compartilhada das funções públicas de interesse comum, mediante rateio de custos previamente pactuado no âmbito da estrutura de governança interfederativa;
- Participação de representantes da sociedade civil nos processos de planejamento e de tomada de decisão, no acompanhamento da prestação de serviços e na realização de obras afetas às funções públicas de interesse comum;
- Compatibilização dos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais dos entes envolvidos na governança interfederativa;
- Compensação por serviços ambientais ou outros serviços prestados pelo Município à unidade territorial urbana, na forma da lei e dos acordos firmados no âmbito da estrutura de governança interfederativa.

1.3 A iniciativa do COMDES – Discussão com quem já cumpriu com as obrigações do Estatuto da Metrópole

A Reunião Ordinária do COMDES realizada em 27 de novembro de 2020, com a presena do Ex-Governador do Estado do Espírito Santo, Paulo Hartung e de Gabriela Lacerda, Consultora do Branco Mundial, Ex-Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves e Coordenadora da elaborao do PDUI da Grande Vitória, contou com a presena macia de participantes do Conselho, quando foram debatidos vários temas relativos à aplicao do PDUI.

Para a Região Metropolitana da cidade de Vitória foram definidos, por Decreto do Governado do Estado, quatro grandes Eixos da Política de Desenvolvimento da RMGV, quais sejam:

- **Política Metropolitana Integrada de Fortalecimento de Centralidades:** visando desenvolver e fortalecer a rede metropolitana de centralidades complementares para a distribuio de acesso a servios, ao trabalho, ao lazer e   cultura, promovendo o desenvolvimento sócio econômico e a melhoria da mobilidade urbana na metrópole;
- **Política Metropolitana de Mobilidade Urbana:** visando promover, de forma articulada e integrada com os entes federados da RMGV, intervenoes que facilitassem o fluxo de pessoas e de riquezas, promovendo a qualidade de vida e a competitividade econ mica da metrópole;
- **Política Metropolitana de Cooperao Socioecon mica:** visando promover uma rede metropolitana de atividades econ micas complementares e diversificadas, agregando valor às cadeias produtivas, potencializando a competitividade econ mica da RMGV no cenário nacional e internacional; e
- **Política Metropolitana de Recuperao e Valorizao do Meio Ambiente:** visando promover de forma integrada a gestão, a proteo e a recuperao do meio ambiente, contribuindo para a qualificao urbana e social e para a potencializao da dinâmica econ mica da Metrópole.

A SUDERF, sob a gestão do engenheiro Cássio Taniguchi, elaborou o Termo de Referência para realizar a Concorrência Pública para a realizao do PDUI, cancelada, infelizmente, pela Secretaria de Estado de Administrao.

O engenheiro Joaquim Nóbrega Jr., representante da FloripAmanhã, analisando o documento produzido a época e comparando-o com o utilizado na cidade de Vitória/ES, registrou que no caso local não foi incluído o eixo "Desenvolvimento Econ mico", havendo, entretanto, concordância em três eixos, sendo (1) Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial; (2) Mobilidade Urbana; (3) Saneamento Básico e Meio Ambiente, que inclui áreas de Risco.

Em sua avaliação salientou também a inclusão de mais três itens no edital, apesar de serem atividades meio: (1) Aspectos Jurídicos e da Gestão Integrada; (2) Plano de Comunicação e Participação Social; e (3) Banco de Dados e Cartografia, que deveria incluir sistema de indicadores.

Por sua vez o engenheiro Cássio hoje avalia que, dadas as características econômicas da região, onde o Turismo e os Serviços exercem funções preponderantes (com o devido destaque às atividades de Inovação e de Tecnologia) seria muito recomendável a inclusão do tema Desenvolvimento Sustentável no âmbito da RMF, uma vez que as cadeias produtivas dessas atividades extrapolam os limites individuais dos municípios.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO COMDES PARA 2021

As considerações do engenheiro Cássio e as diretrizes apontadas na reunião de 27 de novembro apontaram uma direção para o Planejamento Estratégico do COMDES/2021, considerando também os objetivos comuns das entidades que compõem a instituição, assim como seu histórico de lutas e conquistas.

A expansão urbana do território da Grande Florianópolis, com mais de um milhão de habitantes e ocupado, em parte, de forma desordenada, motivaram definir a atuação do COMDES, para garantir que a região tenha um futuro melhor que a condição hoje existente. Neste cenário, foram definidas as seguintes linhas de atuação:

2.1 Promover o fortalecimento do COMDES reestruturando seu Grupo Gestor

- Revisão do Regimento Interno;
- Definir as metas da Gestão;
- Definir GTs – Grupos de Trabalho a partir dos focos de atuação;
- Integrar as Entidades no desenvolvimento das ações dos GTs;
- Buscar integração com as Universidades da Região para apoiar os GTs.

2.2 Promover o fortalecimento do COMDES através de ações Institucionais

- Ampliação do quadro das Entidades participantes;
- Implantação das Coordenadorias do COMDES nos Municípios da RMF;
- Promover a relação permanente com Prefeitos da RMF;
- Promover a relação permanente com as Câmaras de Vereadores dos diferentes municípios;
- Estreitar a relação com a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis;
- Estreitar a relação com a Assembleia Legislativa;

- Estreitar a relação com o Governo do Estado;
- Estreitar a relação com as Universidades da RMF;
- Ampliar canais de comunicação com a sociedade.

2.3 Promover o fortalecimento do COMDES definindo seu foco de atuação

- Trabalhar pela estruturação e fortalecimento da SUDERF;
- Alcançar a institucionalização do PDUI pelo Governo do Estado;
- Integrar grupo de discussão do Plano Diretor de Florianópolis;
- Estabelecer focos específicos de interesse das entidades e da RMF.

2.4 Articular pela implantação do PLAMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Metropolitana da Grande Florianópolis

Entende-se que o PLAMUS deveria ser executado com recursos do Orçamento Estadual para a construção dos Terminais de Integração ou mediante Operação Urbana Consorciada, como Concessão e PPPs para a infraestrutura, subdividido em dois momentos:

Primeira etapa

- Conclusão do Projeto Operacional do Sistema Metropolitano de Mobilidade Urbana em parceria entre FAPESC, SUDERF e UFSC;
- Elaboração e formalização dos termos de parceria entre os Municípios da RMF;
- Definição e aprovação pelos Executivos e pelas Câmaras de Vereadores dos termos de parceria dos Municípios da RMF;
- Formalização dos Contratos de Programa;
- Aprovação dos Termos de Referência do novo contrato de concessão para o Sistema Metropolitano de Mobilidade Urbana da RMF (TC/SC, MP/SC e outros intervenientes);
- Lançamento do Edital de Concorrência com o apoio do TC/SC, MP/SC e UFSC, entre outros órgãos do Estado e dos Municípios da RMF;
- Construção – mediante concessão – dos Terminais de Integração da Palhoça e Biguaçu, com o apoio da SUDERF e SCParcerias;
- Operacionalização do novo Sistema Metropolitano.

Segunda Etapa

Elaboração, mediante acordos com BNDES e SCParcerias, de nova modelagem para a concessão patrocinada (via PPP), para implantação das obras civis (pistas e faixas exclusivas para o BRT), novos terminais de integração, abrigos, sinalização, comunicação visual, bilhetagem integrada e demais componentes propostos no PLAMUS;

A implantação desta etapa poderá ser condicionada à disponibilidade financeira dos parceiros e acordos a serem formalizados com o Município de Florianópolis, concessionárias como a Arteris, DNIT, UFSC e outros órgãos intervenientes.

2.5 Trabalhar pela instituição do PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMF.

O PDUI, no entendimento do COMDES, deveria abranger os vinte e dois municípios da Grande Florianópolis e executado com recursos do Orçamento estadual, via SUDERF.

Propõe-se focar o PDUI nos quatro principais eixos a seguir:

- Planejamento do Uso e da Ocupação do Solo Metropolitano (incluindo Desenvolvimento Urbano e Política Habitacional);
- Saneamento Básico e Ambiental, Preservação e Proteção do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos;
- Desenvolvimento Sustentável e Geração de Emprego e Renda;
- Transporte e Sistema Viário Regional e Mobilidade Urbana

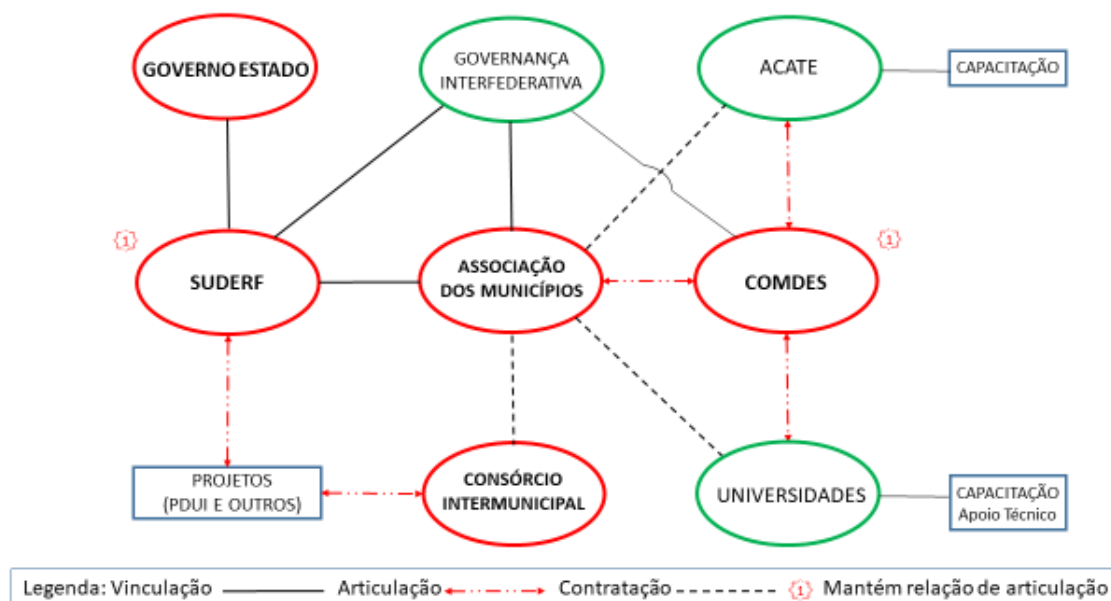
Entende-se não haver a necessidade prévia de edição de Decreto do Governo do Estado para a elaboração do PDUI, porquanto a SUDERF já possui esta atribuição, nos termos do Estatuto da MetrÓpole e da Lei Complementar de sua criação.

Considerando que o Governo do Estado não atendeu o prazo legal de 31 de dezembro último para a instituição do PDUI na Região Metropolitana e ainda as considerações acima, entendemos que este deverá ser um dos principais temas a ser enfrentado pelo COMDES no ano de 2022.

3. UMA REALIDADE INESPERADA

Dois episódios marcaram o início do ano 2021 – o recrudescimento da epidemia causada pelo Covid-19, que teve os primeiros casos registrados em Santa Catarina em março de 2020, com 1.113 óbitos em janeiro e 2.713 no mês de março de 2021 e os afastamentos temporários do Governador Carlos Moisés da Silva da chefia do Estado, impactando nossa sociedade e gerando um ambiente de incerteza. Com isto, uma série de ações previstas no Planejamento Estratégico e focadas em ações junto ao Governo do Estado, ficaram comprometidas.

Esta situação, adversa e inesperada, levou o Grupo Gestor a reavaliar sua estratégia de atuação, buscando uma interlocução direta com a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis - GranFpolis. As relações institucionais do COMDES, a partir desta decisão, podem ser representadas da seguinte forma:



Nesta nova concepção o COMDES continuaria como um grande articulador, tendo a Associação dos Municípios como uma centralidade para o foco de suas ações não deixando, entretanto, de considerar a eventual solução das restrições existentes e o retorno do Governo do Estado para o cenário de sua atuação.

Por outro lado, a decisão teve também uma implicação quanto sua área de abrangência, que passou a ser a da própria Associação do Município. Isto que, de certa forma, tem coerência com o olhar do desenvolvimento local, trouxe para o COMDES uma maior responsabilidade, já que passou a dialogar com os 22 municípios da região.

4. MOBILIDADE URBANA

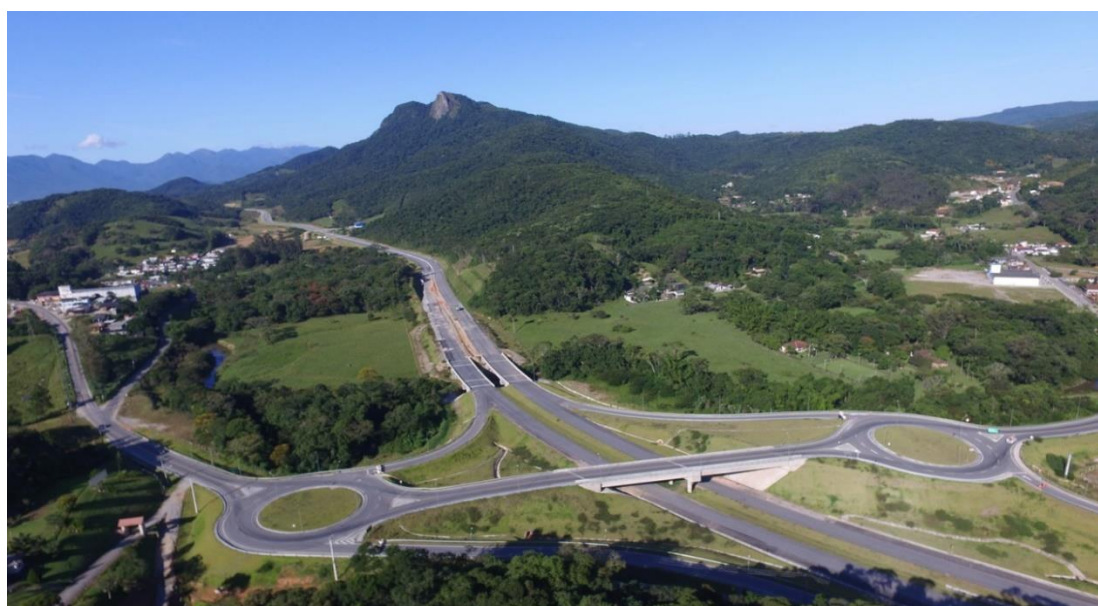
4.1 VIA DE CONTORNO DA BR – 101 NA FLORIANÓPOLIS

Transcorridos seis anos desde o início desta obra (2014 a 2020), observamos uma postergação de decisões, pouca cobrança por parte da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, cuja omissão foi questionada, inclusive pelo TCU – Tribunal de Contas da União.

Objeto de luta do COMDES nos últimos nove anos e motivo recorrente de discussões, as obras da Via de Contorno parecem, finalmente ter tomado um ritmo que permite sonhar com sua conclusão ao final de 2023. O acordo selado entre a ANTT e o TCU ao final de 2020, com uma revisão imediata no valor do pedágio da BR 101 garantirá o equilíbrio financeiro da obra, orçada em cerca de R\$ 800 milhões.

A Via de Contorno é uma obra complexa que teve quatro anos de atraso em seu início, sofreu alterações em seu traçado original, implicando na necessidade de execução de túneis não previstos no orçamento inicial. Será uma via expressa, com a extensão de 50 km com pistas duplas e será composta por seis acessos por trevos, quatro túneis duplos, quatorze pontes e mais de vinte passagens em desnível. Irá absorver cerca de 60% do volume de tráfego (caminhões) da BR 101 no trecho de Biguaçu a Palhoça, reduzindo sensivelmente o tempo dos deslocamentos nesta via.

A Via de Contorno é tida, pelo Governo Federal, como a mais importante obra rodoviária em execução no Brasil, na qual já foram aplicados 1,7 bilhão de reais dos 3,7 bilhões estimados. Muito embora somente 45% do orçamento da obra tenha sido investido, cerca de 80% das obras físicas já foram executadas.



Reunião Ordinária (03 de setembro) – Nesta reunião estiveram presentes, como palestrantes, os Srs. Antônio César Ribas Sass, Diretor da Arteris, empresa concessionária da BR 101 (trecho Palhoça à divisa com o estado do Paraná) e o engenheiro Marcelo Modolo, Superintendente da mesma empresa.

Foram estabelecidos dois objetivos para a reunião: Atualizar-nos sobre o andamento da obra e, em particular, sobre o avanço na execução dos túneis e quanto à execução da terceira pista na BR 101, no trecho Palhoça a Florianópolis, que vinha apresentando congestionamentos diários, comprometendo a economia local e a qualidade de vida das pessoas.

Recebemos a boa notícia de que as obras dos túneis, iniciadas em dezembro de 2020, avançaram bem, com detonações diárias e remoção do material para a aplicação em trechos de solos moles. Confirmaram a previsão de entrega da Via de Contorno para dezembro de 2023.

A obra de implantação da terceira pista na BR 101, no trecho de Santo Amaro da Imperatriz a Biguaçu, foi iniciada em fevereiro de 2021, com prazo de 12

meses. Foi dividida em dois segmentos, sendo o primeiro até o trevo de acesso a São José, cuja previsão de entrega era novembro de 2021, o que realmente ocorreu.

A preocupação com o uso das áreas adjacentes à Via de Contorno

O COMDES defende a realização de um Plano Diretor específico para as áreas limítrofes da Via de Contorno, adequando-as inclusive para a criação das centralidades urbanas previstas no PLAMUS e que precisam ser consideradas. Este Plano Diretor deveria ser comum aos municípios de Biguaçu, São José e Palhoça e, necessariamente, ser objeto da participação da sociedade. O planejamento adequado desta região poderá ser um indutor do desenvolvimento econômico e influir na redução da desigualdade social existente.



5. TRANSPORTE PÚBLICO INTERMUNICIPAL

5.1 A necessidade de resgate do PLAMUS

O diagnóstico do PLAMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, realizado pela SUDERF a partir de 2014, para a Região Metropolitana, identificou uma ocupação territorial dispersa, fragmentada e com baixa densidade populacional, dificultando e encarecendo o sistema de transporte público.

Esta situação é agravada ao considerarmos que 60% dos postos de trabalho da região estavam, quando do diagnóstico, na Ilha de Santa Catarina e que 48% dos deslocamentos eram realizados com veículos individuais motorizados. (automóveis e motos).

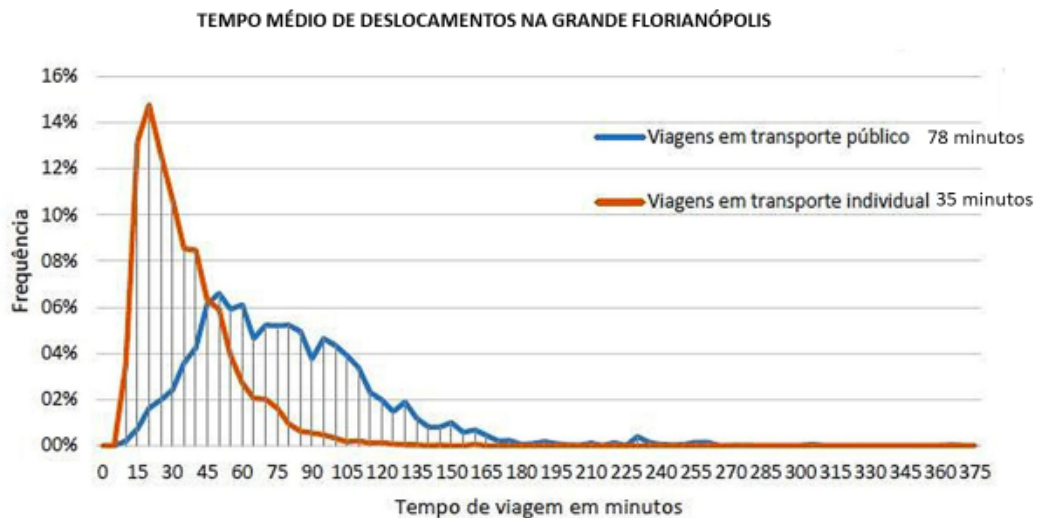


Qual o meio de Transporte é mais eficiente?
 Qual é o mais rápido?
 Qual deles é ambientalmente mais correto?
 Qual deles é mais barato?



75 pessoas transportadas por 60 carros cabem em um ônibus

O modelo do transporte ainda hoje adotado na Região Metropolitana, sem faixas exclusivas para ônibus e sem a integração das linhas municipais com as intermunicipais não favorece a escolha do transporte coletivo por parte da população.



Fonte: Plamus ([Loait Engenharia, Strategy e Machado Meyer, 2014](#)).

O PLAMUS apresentou um conjunto de soluções para a melhoria da qualidade de vida das pessoas na Região Metropolitana. O uso e ocupação do território, com a criação de novas centralidades, aumentando sua taxa de ocupação, incentivando a descentralização das atividades geradoras de empregos, promoveriam o melhor equilíbrio no desenvolvimento dos municípios que compõe a RMF.



Propôs ainda a reestruturação do sistema de transporte coletivo, com um sistema troncal em que um dos trechos é para uma visão futura, alinhada à estruturação da urbanização do continente.

Foram avaliados os resultados socioeconômicos de diferentes sistemas de transporte, levando em consideração o tempo dos deslocamentos, o custo do transporte, sendo privado ou público, os investimentos necessários e a potencialidade e gravidade de acidentes e os reflexos com o meio ambiente, em cada caso.

A melhor alternativa foi pela implantação de um sistema integrado de BRT (Bus Rapid Transit) Metropolitano, com as seguintes características:

- Implantação Terminais de Integração em Biguaçu e Palhoça;
- Implantação das Faixas Exclusivas do BRT - Nível 2 nas vias existentes em São José e Florianópolis (Estreito) até o TICEN;
- Implantação de Abrigos em Pontos de Parada BRT - Nível 2 e da solução para a Ponte Hercílio Luz;
- Execução das Pistas Exclusivas do BRT - Nível 1 na Via Expressa (Projeto DNIT) e nas Pontes Colombo Salles e Pedro Ivo;
- Implantação dos Terminais de Integração de São José Norte e São José Sul (Forquilha);
- Implantação das Pistas Exclusivas do BRT - Nível 1 no trecho urbano da BR-101, após conclusão da Via de Contorno;
- Implantação de ITS em todas as vias e faixas exclusivas para o BRT;
- Implantação de Bilhetagem Eletrônica unificada e integrada.

Nesta concepção, a implantação de faixa de rolamento exclusivas para ônibus (BRT) previstas na BR 101, BR 282 (Via Expressa), na Av. Rubens de Arruda Ramos (Av. Beira Mar) e na SC 401, é de fundamental importância, pois promoverá a qualificação do meio urbano e trará eficiência à operação do sistema de transporte coletivo.

5.2 Reunião Extraordinária do COMDES com Presidente da OAB e representantes do sistema de transporte público de passageiros

O sistema de transporte público de passageiros vem funcionando sem a renovação dos Contratos de Concessão, trazendo insegurança jurídica, tanto para as empresas como para o próprio Governo, como poder concedente.

A inexistência de contratos vinha impedido a regulação da operação por parte do Governo e, conseqüentemente, a revisão dos valores das tarifas. Associado a esta situação, o período da pandemia implicou em uma redução de cerca de 60% no número de usuários no sistema, causando desequilíbrio econômico na operação. Mais de 1.000 empregados foram dispensados no período da pandemia, ampliando o problema social existente na região. Por outro lado, a quase totalidade das empresas, entrou em regime de recuperação extrajudicial.

Esta situação crítica levou o COMDES a promover, em **26 de maio, uma reunião extraordinária com a participação de representantes das empresas e do Presidente da OAB/SC, Dr. Rafael Horn**, com o objetivo de entender o processo jurídico em andamento.

No entendimento do Presidente da OAB, sendo o transporte de passageiros um serviço público, não poderia entrar em colapso e ser paralisado. Disse ainda entender que a ação judicial promovida pelo Ministério Público foi a única alternativa diante da falta de contratos de concessão entre o Estado e empresas, há mais de vinte anos.

O engenheiro Cássio salientou que a pandemia afetou o sistema de transporte público em diversos países e que na Alemanha e Inglaterra, por exemplo, os governos locais estavam subsidiando as operações por compreenderem que as empresas passavam por dificuldades. Salientou ainda a necessidade de fortalecimento da SUDERF que, naquele momento, deveria estar à frente da discussão.

5.3 Reunião conjunta COMDES e FLORIPA SUSTENTÁVEL

Em 17 de junho o Comdes e Floripa Sustentável patrocinaram o encontro denominado “Mobilidade Urbana como Serviço – Grande Florianópolis + Integrada”, que contou com a participação do Sr. Thiago Vieira, Secretário de Estado de Infraestrutura; do Prof. Bernardo Meyer do Observatório da Mobilidade da UFSC; do empresário Léo Mauro Xavier Filho, proprietário da empresa Biguaçu Transportes Coletivos; do especialista em Mkt, Sr. Roberto Sganzerlla e, representando o COMDES, o engº Cássio Taniguchi.

A reunião teve como tema principal a apresentação do sistema de bilhetagem eletrônica que estava sendo implantado na empresa Biguaçu. Esta nova tecnologia foi pensada como uma modernização no sistema de cobrança. Ficou evidente, entretanto, que a iniciativa da empresa conflitava com a intenção do Estado de implantar um sistema por ele controlado.

5.4 Participação do COMDES no Grupo de Trabalho da ALESC – Transporte de Passageiros

Este Grupo de Trabalho foi montado pelo Gabinete do Deputado Estadual Valdir Cobalchini com o objetivo de debater soluções para o sistema de passageiros no Estado de Santa Catarina.

O COMDES participou em dois momentos das discussões. Na primeira reunião, realizada no mês de julho, foi apresentada a dramática situação em que se encontravam as operadoras do sistema de transporte intermunicipal.

Além dos fatores negativos, já mencionados anteriormente, foi salientado o impacto das gratuidades que, concedidas pelo Governo, mas arcadas pelas empresas, representam 15% do volume de passageiros.

Na reunião realizada no mês de setembro a Gerente de Projetos da Secretária de Estado de Infraestrutura, Sra. Junia Soares, apresentou os princípios que estavam embasando o estudo para a regularização dos contratos de concessão do sistema de transporte, com vigência por três anos, em caráter precário:

- Implantação de um sistema único de bilhetagem que permitisse ao Governo acompanhar a movimentação de ônibus e passageiros;
- Centralização das receitas sob controle do Governo;
- Revisão da política de gratuidade;
- Implantação de ajustes operacionais das linhas e horários, assim como de estudos tarifários sob a gestão do Governo;
- A realização de nova concorrência pública para a concessão do sistema de transporte no horizonte de três anos.

Estas condições integraram o acordo assinado posteriormente entre o Governo do Estado com o Ministério Público de Santa Catarina.

5.5 Transporte Marítimo

No **dia 13 de março foi apresentado ao COMDES** um pré-estudo de viabilidade para a implantação de um sistema de transporte aquaviário para a Região Metropolitana, que vinha sendo desenvolvido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura desde 2020.

O estudo previu cinco diferentes rotas de conexão entre o continente e a Ilha de Santa Catarina e que, na concepção do estudo, deverão ser entendidos como modais auxiliares do sistema de transporte de passageiros, possibilitando, tanto o transporte de pessoas como de veículos.



Proposta de REESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE e MELHORIA NA INFRAESTRUTURA

- Foram avaliadas:
 - Rotas autorizadas pelo DETER
 - 1: Praia de São Miguel (Biguaçu) – Praia de Canasvieiras
 - 2: Ponta Três Henriques - Cacupé
 - 3: Barra de Aninú (Palhoça) – Beira Mar de São José – Trapiche da Baía Sul (Centro-Sul)
 - 4: Praia de Fora (Palhoça) – Praia de Laranjeiras (Tapera)
 - 5: Praia de Fora (Palhoça) – Costeira do Ribeirão da Ilha
 - Alternativas de pontos de atracação
 - Características das embarcações
 - Estratégia do modal (convencional ou alternativo e passageiros ou veículos)
- Pontos de atenção:
 - Atualmente, os pontos de atracação não são polos de atração de pessoas
 - A política de transporte aquaviário tende a ser de longo prazo
 - “Voltar a cidade para a água”

5.6 Jornada Infra SC 2021

O COMDES participou do evento promovido pela ACE no período de 23 a 26 de novembro, sendo representado pelo engenheiro Cássio Taniguchi que, como palestrante, discorreu sobre a Mobilidade Urbana na Região Metropolitana, chamando a atenção de que o Governo do Estado precisa dar prioridade para esta questão. É preciso destinar recursos para a implantação do PLAMUS, já que mais de 140.000 pessoas transitam, diariamente, através das pontes que ligam a Ilha de Santa Catarina ao continente e sofrem com os congestionamentos.

5.7 SEMINÁRIO “TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS NA REGIÃO DA GRADE FLORIANÓPOLIS”

A **Reunião Ordinária (26 de novembro)** realizada em forma de Seminário, contou com a participação de representantes do Estado, do Observatório da Mobilidade da UFSC, da ARES - Agência Reguladora de Gás, Energia e Transporte, do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis e de empresários do setor. A sociedade civil esteve representada pelo Presidente em exercício e pelo Presidente eleito da FloripAmanhã, assim como por representantes do COMDES. Prefeitos e Vereadores da Região Metropolitana prestigiaram o evento.

O Seminário, realizado em conjunto com a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis na sede daquela entidade, foi um momento importante para esclarecimentos sobre a renovação dos Contratos de Concessão do Transporte Público Intermunicipal, baseada nos critérios estabelecidos entre o Ministério Público de Santa Catarina e o Governo do Estado, representado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura.

A renovação dos Contratos de Concessão, mesmo que em caráter precário e com validade por três anos, trouxe segurança jurídica tanto para o Governo, como para as empresas operadoras.

Neste processo, houve concordância das partes quanto à necessidade do Governo de ter acesso às informações operacionais do sistema, muito embora fosse interesse das concessionárias manter a propriedade da plataforma de gestão. A revisão das tarifas que estavam defasadas, principalmente pela elevação do preço dos combustíveis, não foi aceita pelo Governo.

Não ficou claro para os membros do COMDES como será resolvida a integração das linhas municipais, que não são de responsabilidade do Estado, com a intermunicipais na Região Metropolitana. Teme-se que possa haver a necessidade do pagamento de duas tarifas, o que oneraria os deslocamentos tanto para os usuários como para os empregadores, quando da compra do Vale Transporte.

Outro aspecto defendido pelo COMDES é a criação de uma **comissão intersetorial** com a participação da sociedade civil para acompanhamento do plano do Estado para o transporte integrado metropolitano, conforme previsto no Estatuto da Metrópole - Lei 13.089/2015.

5.8 A Parceria com o Ministério Público Estadual

A exemplo do que aconteceu durante os serviços de recuperação da Ponte Hercílio Luz e na implantação da rodovia de acesso ao Floripa Airport, o COMDES também ***acompanhou as vitórias realizadas pelo Ministério Público de Santa Catarina nas obras de manutenção das Pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Machado Sales***, representado pelo Sr. Hélio Leite (CDL – Fpolis).



6. AÇÕES EM CONJUNTO COM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

6.1 O EXEMPLO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

Reunião Ordinária (9 de abril) - Realizada de forma virtual teve como objetivo apresentar aos membros do COMDES e à Associação dos Municípios da Grande Florianópolis a experiência exitosa na solução de problemas comuns aos municípios do Médio Vale do Itajaí. O Sr. Gilberto Brasil, Diretor Financeiro da GranFpolis, representou aquela instituição, devido a um impedimento de sua Presidente, Sra. Cleci Veronezi.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, Sr. Fernando Tomazelli, palestrante do evento, discorreu sobre o tema da **Gestão Compartilhada dos Municípios como Estratégia de Desenvolvimento Regional**.

A existência de problemas ambientais comuns nos municípios de Benedito Novo, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó levou à constituição do Consórcio que hoje congrega 15 municípios. Ao longo dos últimos vinte anos consolidou uma gestão consorciada de atividades ligadas aos recursos naturais.

O Consórcio administra um sistema de coleta diferenciada e opera seu próprio aterro sanitário, fornecendo serviços, inclusive para municípios vizinhos. A coleta seletiva é operada pelo Consórcio e utiliza sacos especiais que são fornecidos, gratuitamente, aos moradores. O material coletado é encaminhado para uma Cooperativa instalada junto à sede do Consórcio. O sistema de triagem é semi-mecanizado, limpo e efetivo, permitindo a cada cooperado uma renda média mensal de cinco mil reais.

Além da coleta, valorização e destinação final dos resíduos, o CIMVI também presta aos municípios serviços de licenciamento ambiental e administra o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, para os produtos de origem animal.

A exposição do Diretor Executivo do CIMVI ratificou o entendimento inicial de que trabalhar diretamente com a Associação dos Municípios seria a alternativa adequada para o encaminhamento dos assuntos de interesse do COMDES.

6.2 APRESENTAÇÃO DO COMDES À PRESIDÊNCIA DA GRANFPOLIS

No **dia 24 de abril o Grupo Gestor do COMDES reuniu-se pela primeira vez com a Prefeita Cleci Veronezi, que ocupa a Presidência da GranFpolis**. Na ocasião, lhe foi apresentado um relato histórico da participação do Comdes nos assuntos de interesse da Região Metropolitana. Diante do exposto, se propôs a desenvolver um trabalho conjunto, tendo salientado três problemas emergentes para a região que gostaria de encaminhar:

- Viabilizar a implantação de faixas adicionais na BR 282 no trecho entre Santo Amaro da Imperatriz e Alfredo Wagner, estrada de grande fluxo de veículos e com elevado registro de acidentes.
- Viabilizar junto ao DNIT a via de contorno à cidade de Santo Amaro da Imperatriz, uma vez que o trecho da BR 282 compreendido entre a BR 101 e a entrada daquela cidade não comporta mais o fluxo de tráfego existente.
- Encontrar uma alternativa para a destinação dos resíduos sólidos da região, hoje dependente de uma única solução - o aterro sanitário localizado na cidade de Biguaçu.

6.3 BR – 282 (CONGESTIONAMENTOS E ALTA PERICULOSIDADE)

Reunião Ordinária (30 de abril) - A BR 282 é uma das mais importantes rodovias para a economia catarinense, já que por ela transita boa parte da produção da agroindústria do Oeste Catarinense em direção aos portos no litoral. Por outro lado, é a segunda em número de acidentes e mortes no Estado.

Nos últimos cinco anos a Polícia Rodoviária Federal registrou, nesta rodovia, 818 acidentes com 958 feridos e 462 óbitos. Estes números trágicos motivaram a FIESC a desenvolver o Projeto BR 282 + Segura e Eficiente, que prevê investimentos de R\$ 192,9 milhões para melhorar a segurança e a fluidez do trânsito no trecho de Florianópolis a Lages, incluindo a implantação de 68 km de faixas adicionais nos trechos com maior risco de acidentes nas ultrapassagens.



Abraçando esta causa, o COMDES promoveu Reunião Ordinária que contou com a participação do Superintendente do DNIT em Santa Catarina e da Presidente da GranFpolis.

Na ocasião o engenheiro Ronaldo Carioni Barbosa, Superintendente Regional do DNIT em Santa Catarina, reconheceu a necessidade da implantação das terceiras faixas na rodovia mas salientou que, para isso, seria preciso acionar as forças políticas locais para o levantamento de recursos, **tanto para o projeto, como para a execução da obra.**

Esta situação foi levada à Comissão de Infraestrutura do Senado, que recebeu do Diretor Geral do DNIT, a garantia de que 68 km de faixas adicionais deverão ser executadas nos trechos mais críticos, ainda no primeiro semestre de 2022. Este é, portanto, um assunto para ser acompanhado em 2022.

6.4 VISITA AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ- CIMVI

No dia **19 de maio o COMDES promoveu a visita ao CIMVI.** Um grupo de Prefeitos, Secretários Municipais e Vereadores, liderados pela Prefeita Cleci Veronezi foi recebido pelo Prefeito de Timbó, Sr. Jorge Augusto Kruger e pelo Diretor Executivo do CIMVI, Sr. Fernando Tomazelli.



Participaram também, representando o COMDES, os Srs. Hélio Leite (CDL Florianópolis), Jaime Ziliotto (ACIF), Roberto Oliveira (ACE) e Marius Bagnati (FloripAmanhã).



A visita gerou duas certezas junto aos Prefeitos – a necessidade de constituir seu próprio Consórcio e acelerar a busca de uma solução para os resíduos.

Reunião Ordinária (28 de maio) – Nesta reunião, que teve como uma de suas pautas as Iniciativas da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis para o fortalecimento econômico da região, sua Presidente registrou a constituição do Consórcio de Saúde e sua intenção de instituir o Consórcio Intermunicipal, após ter tomado conhecimento dos bons resultados que estão sendo obtidos no CIMVI. Saliou ainda, que a certificação do SIM – Sistema de Inspeção Municipal também vem sendo buscada pela Associação para o fortalecimento da economia da pequena agroindústria local. Outro ponto importante para a região registrado pela Presidente, foi a questão dos resíduos, para o qual gostaria da orientação do COMDES.

O engenheiro Cássio alertou para a necessidade de um planejamento integrado para o uso e ocupação do solo, incluindo uma política habitacional que organize o uso do território, pois isto facilitaria o planejamento do transporte regional e a mobilidade urbana.

Os Srs. Antônio Arruda, representante da OAB, Raul Zucatto, representante da FECOAGRO e Gustavo Andrade, representante do CAU, entre outros, colocaram suas instituições à disposição para contribuir com os propósitos da Associação dos Municípios.

6.4 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - CIM

Após a visita à cidade de Timbó a Associação dos Municípios de Florianópolis recuperou uma minuta de Estatuto de Consórcio elaborada em 2018 e, depois dos ajustes necessários e da tramitação devida, em 27 de junho obteve o

registro do CIM - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da Grande Florianópolis junto à Junta Comercial e Receita Federal.

O Sr. Omero Prin, Prefeito da cidade de Águas Mornas foi eleito como Presidente do CIM, que tem como objetivos estatutários:

- Saneamento Básico em seus quatro componentes:
 - Abastecimento de água;
 - Esgotamento sanitário e tratamento de efluentes;
 - Macro e micro drenagem urbana;
 - Coleta, transporte, reciclagem, e destinação final dos resíduos sólidos urbanos.
- Manutenção e conservação de rodovias em parceria com o Governo do Estado;
- Transporte Regional, em parceria com Governo do Estado;
- Turismo Regional;
- Transição Energética;
- Outros setores, a definir.

6.5 A BUSCA DE SOLUÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Os vinte e dois municípios que compõem a Região Metropolitana, são dependentes do aterro sanitário localizado na cidade de Biguaçu para a destinação dos seus resíduos. A coleta seletiva ainda é insipiente e, mesmo em Florianópolis, passados mais de trinta anos de sua implantação, ainda não atinge 10% do volume dos resíduos produzidos. A consequência disto é que, anualmente, são gastos pelos municípios da Região Metropolitana cerca de oitenta milhões de reais para o pagamento dos serviços de transporte e aterro dos resíduos. A ampliação e melhoria da coleta seletiva, traria economia e maior reaproveitamento dos resíduos como matéria prima na indústria, contribuindo ainda, para a melhoria da qualidade ambiental.

Os municípios da região não atendem à legislação vigente que estabeleceu que somente os resíduos que não tivessem condições de reaproveitamento (cerca de 20% do total) deveriam ser conduzidos para aterros sanitários. Auxiliar na busca de uma alternativa ecológica e socialmente aceitável passou a ser uma demanda importante para o COMDES.

No dia **10 de agosto representantes do COMDES visitaram a empresa VENTISOL**. A empresa, estabelecida há cerca de vinte anos no município da Palhoça emprega, diariamente, doze toneladas de plásticos de alta densidade e pós consumo em sua produção. Em sua grande maioria o insumo é trazido do Oeste Catarinense e do Rio Grande do Sul, por falta de matéria prima local.

A primeira etapa de sua operação é realizada na Colônia Penal Agrícola da Palhoça em condições precárias. Esta situação ensejou duas ações: a primeira foi sugerir ao proprietário da empresa conhecer a operação de separação dos

resíduos sólidos urbanos na cidade de Timbó e a segunda foi promover um encontro deste com a Presidente da Associação dos Municípios.

A **visita ao CIMVI realizada no dia 23 de agosto**, com a participação do COMDES, resultou no interesse da Ventisol em instalar uma unidade com as mesmas características na Colônia Penal Agrícola da Palhoça, melhorando o processo de triagem.

A necessidade da Ventisol em captar localmente os insumos para a sua produção e o interesse na instalação da usina foi apresentado à Presidente da GranFpolis, que solicitou ao COMDES que organizasse uma reunião com o proprietário daquela empresa.

Na **reunião realizada no dia 6 de outubro, na sede da Ventisol**, a Presidente da GranFpolis demonstrou o interesse de que a usina pretendida pela empresa fosse instalada em um dos municípios da Região Metropolitana. A reivindicação foi bem acolhida pelo empresário, que colocou como condicionante a necessidade da implantação da coleta seletiva nos municípios da região. Este é um tema importante, mas ainda pendente na agenda e que deverá ser retomado em 2022.



No dia **29 de outubro, na Assembleia dos Prefeitos** foi apresentada a proposta da implantação da Coleta Seletiva dos Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios que compõem o Consórcio, que justificaria a implantação da usina. Se manifestaram também na ocasião, os Srs. Cícero Brasil, Coordenador Estadual do Programa de Logística Reversa do IMA e o Sr. Janício de Souza, responsável pela valorização dos resíduos na cidade de Angelina. O testemunho deste último de que somente 10% dos resíduos produzidos na cidade são enviados para o aterro sanitário, foi de extrema importância para a aceitação da proposta.

A cidade recupera as embalagens, que envia para a indústria e produz um excelente adubo orgânico empregado nas hortas municipais.

Viabilizar a instalação dessa usina será um grande desafio para o Consórcio e uma ação que contribuirá para a formação de um Território Ambientalmente Sustentável, dado o impacto social, ambiental e econômico resultante.

6.6 PROGRAMA PENSO, LOGO DESTINO DO IMA – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA

No dia **25 de junho a Reunião Ordinária do COMDES** recebeu, como palestrantes, o Srs. Daniel Vinicius Neto, Presidente do IMA e Fábio Castanho da Silva, Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental, que apresentaram os princípios desse programa lançado em 2019, mas que somente em 2021 passou a ser efetivamente implantado.

A Logística Reversa é um dos mecanismos previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos composto por *“um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”* (Art. 3º, inc. XII da Lei 12.305/2010)”.

A Logística Reversa é realizada por meio de sistemas que promovem a coleta, reuso, reciclagem, tratamento e/ou disposição final dos resíduos pós consumo, conforme previsto nos Acordos Setoriais estabelecidos entre os setores industriais e o Governo Federal.

Fazem parte dos acordos produtos como pilhas e baterias, eletroeletrônicos e seus componentes, embalagens de agrotóxicos e de óleos lubrificantes, pneus e lâmpadas, que apresentam potencialmente um alto risco de contaminação ambiental. Quando devidamente separados e processados, voltam para a cadeia produtiva sob a forma de matéria prima. Assim, pneus podem ser incorporados na produção de massa asfáltica na pavimentação de rodovias, plásticos podem ser transformados em blocos para a construção civil ou ainda em produtos de alto valor agregado, como o exemplificado na atividade da indústria Ventisol.

O Programa tem por objetivo conscientizar a população sobre a necessidade do descarte correto dos resíduos previstos na Logística Reversa. A Região Metropolitana de Florianópolis serviu, durante o ano de 2021 de laboratório para o Programa, com ações desenvolvidas a partir do mês de julho e com resultados expressivos no volume de material coletado.



MUNICÍPIOS QUE ADERIRAM AO PROGRAMA

- Água Mornas
- Angelina
- Anitápolis
- Antônio Carlos
- Canelinha
- Governador Celso Ramos
- Nova Trento
- Rancho Queimado
- São Bonifácio
- São Pedro de Alcântara



O Programa não recebeu, até o momento, o devido respaldo do Governo Estadual e seus resultados são fruto do trabalho abnegado de seu Coordenador Estadual, engenheiro agrônomo Cícero Brasil. Sendo de vital importância para a melhoria da qualidade ambiental da Região Metropolitana necessitará do apoio do COMDES em 2022.

6.7 SIM – SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

A Região Metropolitana, colonizada por povos originários de Portugal, Alemanha e Itália, principalmente, possui uma herança cultural presente em sua gastronomia com receitas simples, mas ricas em sabores que trazem lembranças de nossos antepassados.

A produção caseira e da pequena agroindústria necessitam, pelo menos, de certificação do SIM – Serviço de Inspeção Municipal, para garantir o atendimento à legislação e dar segurança sanitária ao comprador, assim como para promover os negócios e a economia local.

A convite da Associação dos Municípios, o COMDES esteve representado pelo Sr. Hélio Leite (CDL – Florianópolis) na **Assembleia dos Prefeitos realizada na cidade de Rancho Queimado, no dia 2 de junho**. Na ocasião abordou o tema: Serviço de Inspeção (SIM, SIE, SIF e SISBI) para estabelecimentos que processem, beneficiem ou comercializem produtos de origem animal. Sua experiência no processo de certificação das bancas que comercializam pescados, no Mercado Público de Florianópolis, permitiu expor, em detalhes, sobre a importância dessa certificação. Foi acompanhado pelo veterinário Rony Barbosa, técnico com larga experiência nesta área que após um breve relato disponibilizou para os Prefeitos uma minuta de Projeto de Lei e de Regulamentação da Lei para orientar o encaminhamento do SIM pelos municípios.



A Associação vem buscando dar continuidade nesse tema, mas tem encontrado dificuldade na contratação do médico veterinário e do engenheiro agrônomo que atue como responsável técnico e que são exigidos pela legislação. A dificuldade está na necessidade da realização de concurso público para suas contratações e pelo fato do Consórcio não ter ainda iniciado, efetivamente, suas atividades.

6.7 APOIO ÀS AÇÕES NO SETOR DO TURISMO

O COMDES esteve presente na **Assembleia dos Prefeitos da Grande Florianópolis realizada no dia 2 de junho**, representada pelos Srs. Jaime Ziliotto (ACIF), Roberto Oliveira (ACE), Hélio Leite (CDL – Fpolis), Joaquim Nóbrega Junior (FloripAmanhã) e por seu Coordenador.

Um dos temas do encontro foi “O Turismo Pós-Pandemia e as Oportunidades na Região da Grande Florianópolis” abordado pelo empresário Milton Zuanazzi, sugerido pelo COMDES. Zuanazzi que é um profissional com passagem por administrações municipais e pelo Ministério do Turismo, salientou o potencial da região, rica pela diversidade cultural e pela exuberância de seu patrimônio natural. Observou que o turismo está baseado no conjunto de produtos, serviços e promoções e ainda, que as políticas públicas e os empreendedores devem criar condições que incentivem a permanência do turista na cidade, o seu retorno e estimulem a divulgação “boca a boca”, pois estas são condições que geram oportunidades de trabalho e riqueza na área do turismo.

O COMDES esteve presente também na **reunião com a Instância de Governança Regional de Turismo no dia 12 de julho** promovida pela FloripAmanhã.

O Presidente da Instância, Sr. Marcelo Alves, salientou que a Região Metropolitana possui uma pluralidade de atrativos, mas que nem tudo está pronto para receber o turista. Que existe a necessidade do planejamento e gestão integrada dos municípios que apresentem características e potencialidades similares e complementares para o desenvolvimento do turismo. Reforçou também a necessidade de se estabelecer uma política única de turismo coordenada pela Associação dos Municípios e de um trabalho em parceria com o FORTUR.

No dia **4 de agosto o COMDES participou do lançamento do Colegiado de Turismo da GranFpolis** em solenidade realizada no Teatro Adolfo Melo, na cidade de São José, sendo representado pelo Sr. Hélio Leite (CDL-Foilis) e por seu Coordenador. O Colegiado tem por objetivo orientar, promover e articular as ações relacionadas ao setor de Turismo dos municípios associados à GranFpolis. Será presidido pelo Sr. Juliano Maciel Garcia de Quevedo, Secretário de Turismo da cidade de Alfredo Wagner.



6.8 RETOMADA DO TURISMO – FLORIANÓPOLIS E REGIÃO (FORTUR)

Reunião Ordinária (03 de outubro) - O motivo da reunião foi apresentar às entidades componentes do COMDES o programa desenvolvido pelo Fórum de Turismo de Florianópolis – FORTUR, no sentido de alavancar um setor altamente atingido pela pandemia e preparar ações para a temporada de verão que se aproximava.

Participaram do encontro seu Presidente, Sr. Humberto Freccia, a Sra. Thais Krebs, Gerente Executiva do Floripa Convention Bureau e a Sra. Graziella Delicato, Gerente Comercial do Floripa Airport.

O Programa concebido pela FORTUR previu ações internas com as principais operadoras do país, assim como para o mercado externo, particularmente Chile e Argentina. Para tanto, foram desenvolvidas peças publicitárias para divulgação dos destinos na mídia convencional, nas redes sociais e grupos de Whatsapp. Um toque de leveza foi dado ao Programa com a logo criada pelo artista local Luciano Martins.



6.9 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A discussão sobre o desenvolvimento econômico tem por objetivo avançar na promoção da competitividade da Região Metropolitana, agregando valor às cadeias produtivas e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico equilibrado da Metrópole.

No dia **23 de março o COMDES participou da Reunião Plenária Regional da FACISC**, ocasião em que apresentou um histórico de suas atividades. Naquela ocasião o Presidente da FACISC, Sr. Sérgio Vieira, manifestou o interesse de aproximação das duas instituições por entender que existia uma confluência de objetivos entre o que vínhamos fazendo e o Programa de Desenvolvimento Local – DEL, por eles patrocinado.

A reunião com a AMPE em 12 de julho

A AMPE Metropolitana - Associação Metropolitana de Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais de Florianópolis é integrante do COMDES, sendo representada por seu Presidente, Sr. Piter Santana.

O objetivo da reunião com a AMPE foi conhecer melhor os objetivos da entidade e sua contribuição ao Desenvolvimento Econômico da região. A entidade realiza um importante trabalho de capacitação de gestores públicos e, já há algum tempo, vem desenvolvendo um trabalho junto à GranFpolis.

Foi importante também tomar conhecimento nesta reunião, da existência de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico elaborado pelo Sebrae para os municípios de Florianópolis, Biguaçu e São José.

6.10 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DEL – DESENVOLVIMENTO LOCAL DA FACISC

Reunião Ordinária (30 de julho) - Representaram a FACISC, nesse encontro, os Srs. Silvio Ziemermann, Superintendente Institucional e de Operações e o Sr. Osmar Vicentin, Coordenador do Programa.

O Programa DEL surgiu das parcerias da FACISC com três organizações alemãs: Município de Essen, o Instituto Fraunhofer e a consultora BBW GmbH e está baseado na experiência exitosa realizada na cidade de Essen, na Alemanha.

Essen é a oitava maior cidade da Alemanha, com uma população de 582.659 habitantes (2017). Situada na Região do Ruhr, uma zona que outrora foi um grande centro de extração de carvão e de produção de aço, Essen entrou em recessão econômica e teve altos índices de desemprego após o declínio no uso do carvão nas indústrias do aço. Atualmente encontra-se num período de reestruturação e, em 2010, foi considerada a Capital Europeia da Cultura, graças às mudanças estruturais implantadas.

O DEL foi implementado no Brasil a partir de 2012, com foco no combate à pobreza e desemprego. A primeira cidade a receber o Programa foi Fraiburgo em Santa Catarina, tendo propiciado um aumento da produtividade na cultura da maçã. Mais de 50 municípios brasileiros foram ou estão sendo atendidos pelo Programa, inclusive na Região Metropolitana de Florianópolis.

A implementação do DEL envolve, entre outras, as seguintes ações:

- Criação de um **Conselho de Desenvolvimento Econômico** composto por voluntários, normalmente em número de 15, no qual um terço são representantes do setor público, um terço das forças produtivas locais e um terço da sociedade civil organizada. São convidadas as organizações e estas indicam seus representantes que se reúne mensalmente para avaliar os projetos em desenvolvimento;
- Criação de **Câmaras Técnicas**, sendo uma para cada eixo de atuação, e composta por voluntários técnicos;
- Indicação de um **Agente de Articulação**, para coordenar todos os trabalhos e fazer a mediação com os diversos atores envolvidos ou interessados no projeto. Este cargo, diferentemente dos demais, é de dedicação exclusiva.
- Definição de um **Regimento Interno**.

Faz parte do trabalho da FACISC realizar um treinamento continuado de todo o pessoal envolvido no DEL.

O trabalho é iniciado com a capacitação dos atores envolvidos e a realização de uma análise situacional a partir de entrevistas com formadores de opinião e cruzamento com bancos de dados existentes. A filosofia adotada é do desenvolvimento do bem comum e da criação de autonomia para o município no desenvolvimento de projetos futuros.

São previstos três anos para a Implementação do DEL, podendo o início do projeto ser realizado em qualquer período do mandato do prefeito, após os primeiros 6 meses de sua posse.

Para efeito de acompanhamento e avaliação é adotada a Mandala da CNM – Confederação Nacional dos Municípios, com 28 indicadores correlacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

No dia 8 de agosto o COMDES promoveu uma reunião da direção da FACISC com a GranFpolis, representada por seu Diretor Executivo, Sr. Ernei Stêlin. O objetivo foi aprofundar o entendimento sobre o que foi apresentado na Reunião Ordinária. Após os esclarecimentos agendou-se uma apresentação do Programa para o Colegiado de Turismo da GranFpolis no dia **19 de agosto e na Assembleia dos Prefeitos no dia 27 de agosto**, na cidade de Águas Mornas.

A reunião com o Colegiado, muito embora tenha sido articulada pelo COMDES com a participação do Srs. Humberto Freccia (FORTUR), Marcelo Alves (IGRTur/GF) e Renê Menezes (SANTUR), não foi confirmada pelo Presidente do Colegiado de Turismo da GranFpolis.

A participação do Sr. Gilson Zimmermann na Assembleia dos Prefeitos, por sua vez, foi comprometida em função de uma agenda carregada e pelo excesso de tempo utilizado por um dos participantes, o que reduziu o tempo programado para a FACISC de 40 para 15 minutos, comprometendo sua apresentação. Este é um tema que precisa ser retomado, pois várias áreas da atividade econômica da região poderiam ser potencializadas com a realização de programas integrados de desenvolvimento utilizando a metodologia que nos foi apresentada.

6.11 APOIO A UM PROGRAMA DE AGRICULTURA DE BASE ORGÂNICA

A presença de agrotóxicos na água de consumo no Estado, identificada pelo Ministério Público de Santa Catarina, ensejou a criação do Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos – FCCIAT, que é integrado também pelo COMDES.

O FCCIAT reúne entidades, técnicos e especialistas que buscam combater o uso dos agrotóxicos que, comprovadamente, criam sérios danos à saúde pública. Os dados apontam que a situação é particularmente grave na Região da Grande Florianópolis, mostrando ser necessária apoiar a transição da produção agrícola tradicional para uma agricultura de base orgânica. O resultado de uma ação desta natureza resultará em benefícios sociais, econômicos e ambientais e, portanto, precisa ser transformado em política de Estado.

Existem elementos facilitadores para a instituição de uma política pública desta natureza, como a Lei 18.200/2021, que criou a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e dos sistemas orgânicos de produção e extrativismo sustentável.

Outras entidades como a Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, o Lacafe – Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar da UFSC e o Senac – Serviço Nacional do Comércio, são algumas das entidades que poderão participar de um processo de reformulação da agricultura familiar na região.

As informações recebidas na **reunião com o Sr. Célio Haverroth, Diretor da Epagri no dia 21 de setembro** foram animadoras, pois já existe um trabalho na Região Metropolitana baseado nos princípios que adota o Conhecimento, a aplicação da Tecnologia e a Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável e que poderá ser fortalecido numa ação conjunta com o Consórcio Intermunicipal.

Os produtores locais poderão ser beneficiados com novas tecnologias de produção de leite e carne a base de pasto e também por sistemas de Plantio Direto de Hortaliças, assim como em projetos de fruticultura. O desenvolvimento sustentável da Apicultura e Meliponicultura e a organização para o mercado, incluindo a capacitação de jovens, serão outras áreas contempladas.

A implantação de uma política pública de valorização da agricultura, associada à valorização dos resíduos orgânicos, abriria o caminho para a formação de um Território Sustentável, com as seguintes implicações positivas:

- Formação de um Centro de Compostagem e produção de adubo orgânico para fornecimento ao pequeno agricultor;
- Fomento à transição da agricultura tradicional para a de base orgânica, com o apoio da Epagri e de outros parceiros;



- Melhoria da saúde física e financeira da família do pequeno agricultor;
- Minimização do comprometimento dos mananciais de águas superficiais e subterrâneas na região;
- Instituição da Merenda Escolar com produtos 100% orgânicos e de produção local;
- Criação de uma Identidade e de um Selo de Qualidade para os produtos Regionais;
- Qualificação da produção local e estímulo do consumo da “Alimentação Km Zero” em nossa sociedade;
- Desenvolvimento de um aplicativo que conecte produtor e consumidor local, garantindo produtos de qualidade e preços justos para ambos;
- Incentivo à industrialização de produtos da tradição culinária local, fortalecendo a identidade cultural da região;
- Estímulo à criação de cooperativas da pequena propriedade, a exemplo da Agreco, caso de sucesso na cidade de Santa Rosa de Lima/SC.

Este é um tema relevante para a economia local que necessita uma discussão com os atores mencionados e com a própria GranFpolis, que poderá constar da pauta do COMDES em 2022.

7. FAZENDA URBANA DE CURITIBA

No dia **11 de dezembro o COMDES promoveu uma visita à Fazenda Urbana do Cajuru**, na cidade de Curitiba, na companhia do Diretor Executivo e do Presidente do Consórcio Intermunicipal e da Presidente da GranFpolis.

A Fazenda Urbana, inaugurada em junho de 2020, integra um complexo de atividades composto pelo Mercado Regional, o Centro de Distribuição, o Banco de Alimentos e a Cozinha Escola. Outros projetos desenvolvidos pela Secretaria como o Armazém da Família, o Restaurante Popular, a Mesa Solidária, o Mercado Popular, o Sacolão da Família e as Hortas Urbanas, compõem a Política Municipal de Seguridade Social e Nutrição.



Este conjunto de projetos e programas é fruto da continuidade de políticas públicas iniciadas em 1986 e que, independentemente da alternância no comando do município, foram estruturados ao longo dos anos.

Milhares de pessoas são beneficiadas com as iniciativas. Produtos básicos da alimentação, limpeza e higiene são comercializados nos 44 Armazéns da Família com preços, pelo menos 30% menor que a média do mercado. Dada sua abrangência, o Programa funciona como um regulador de preço no mercado, beneficiando conseqüentemente toda a população.



Os Restaurantes Populares, outra importante iniciativa da Prefeitura de Curitiba em conjunto com entidades de assistência social, atende diariamente cerca de 4.700 pessoas com refeições de qualidade ao preço de R\$ 3,00. Somam-se a estas as 1.200 refeições diárias servidas para pessoas em situação de rua.



Programas como estes deveriam ser um dever do Estado para minimizar a situação de vulnerabilidade em que vive uma grande parcela da população. Portanto, é razoável pensar em discuti-los no conjunto de ações propostas pelo COMDES para a melhoria da qualidade de vida na região.

8. REGIMENTO INTERNO

A revisão do Regimento Interno foi uma obra conduzida pelo engenheiro Joaquim Nóbrega Junior e pelo Dr. Anderson Ramos Augusto, Gerente Jurídico do CDL Florianópolis, adotando instrumentos legais que permitem o fortalecimento da organização.

A minuta do Regimento Interno foi previamente colocada à disposição para análise e contribuições das entidades, tendo recebido sugestões da ACIF – Associação Comercial e Industrial de Florianópolis.

Na Reunião Ordinária do dia 10 de dezembro o texto final do Regimento Interno do COMDES foi submetido à votação, tendo sido aprovado pela unanimidade dos presentes.

Antonio Marius Zuccarelli Bagnati
Coordenador do COMDES